



BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta

CNPJ n.º 11.395.624/0001-71

NIRE 35.300.374.797

FATO RELEVANTE

BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade anônima registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, Pinheiros, CEP 05422-902, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.374.797, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.395.624/0001-71 (“Companhia”) vem, em atenção ao disposto no § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e na Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, em continuidade aos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 16 de novembro de 2017, 7 de dezembro de 2017, 19 de dezembro de 2017, 9 de janeiro de 2018, 15 de janeiro de 2018, 8 de março de 2018, 29 de junho de 2018, 20 de julho de 2018, 13 de setembro de 2018, 27 de novembro de 2018, 10 de janeiro de 2019, 21 de janeiro de 2019, 8 de fevereiro de 2019, 14 de fevereiro de 2019, 1º de março de 2019 e 3 de maio de 2019, e aos comunicados ao mercado divulgados em 17 de setembro de 2018, 27 de setembro de 2018, 28 de setembro de 2018, 28 de janeiro de 2019, 7 de fevereiro de 2019 e 14 de março de 2019, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral o quanto segue:

Nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia no último dia 3 de maio, depois de interações entre sua acionista controladora Stigma II LLC (“Ofertante”) e a B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), concluiu-se pela inviabilidade de realizar, nesse momento, oferta pública de aquisição de ações para saída da Companhia do segmento especial de listagem da B3 denominado “Novo Mercado” (“OPA”).

Na ocasião, a Companhia destacou as razões que conduziram a esse cenário, dentre as quais a indefinição com relação aos rumos e prazos do processo de recuperação judicial da Companhia, e às consequentes premissas que suportariam a realização adequada de avaliação do valor econômico por ação no âmbito da OPA.

Adicionalmente, a Companhia também frisou que, à luz da configurada inviabilidade do lançamento da OPA, aguardaria a definição, por parte da B3, quanto a consequências práticas e eventuais medidas decorrentes dessa conjuntura.

Em complemento à divulgação anterior, a Companhia comunica que recebeu nesta data, o Ofício B3 nº 274/2019 – SLS (“Ofício”), segundo o qual a B3 indicou que, tendo em



vista o não lançamento da OPA pela Ofertante e a não recomposição do percentual mínimo de ações em circulação, a Companhia estaria em situação de suposto descumprimento do art. 10 do Regulamento do Novo Mercado. Nessa direção, o Ofício informou o início de processo de apuração de eventual responsabilidade da Ofertante por conta desse desenquadramento, fixando prazo para apresentação de defesa.

A Companhia informa que, em conjunto com a Ofertante, estão avaliando o conteúdo do Ofício e as medidas cabíveis em sua resposta.

A Companhia reitera seu compromisso de manter os acionistas e o mercado em geral informados acerca do andamento dos assuntos aqui tratados e de qualquer outro assunto de interesse do mercado.

São Paulo, 6 de maio de 2019.

Leonardo Leirinha Souza Campos
Diretor de Relações com Investidores



BRASIL PHARMA S.A. – IN JUDICIAL REORGANIZATION

Publicly-Held Company

Corporate Taxpayer ID CNPJ/MF no. 11.395.624/0001-71

Company Registry (NIRE) 35.300.374.797

MATERIAL FACT

BRASIL PHARMA S.A. – IN JUDICIAL REORGANIZATION, a corporation registered in Brazilian Securities Commission (“CVM”) as a category A publicly-held corporation, with headquarters in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Rua dos Pinheiros, No. 498, 9th floor, Pinheiros, Zip Code 05422-902, with their certificate of incorporation registered with the Board of Trade of the State of São Paulo (*Junta Comercial do Estado de São Paulo*) under the Company Registry (NIRE) 35.300.374.797, enrolled with the Corporate Taxpayer ID CNPJ under the No. 11.395.624/0001-71 (“Company”), in accordance with the article 157, paragraph 4th, of the Law No. 6,404/1976, as amended (“Corporate Law”), and with the CVM Instruction No. 358/2002, as amended, in continuity to the material facts disclosed by the Company on November 16th, 2017, December 7th, 2017, December 19th, 2017, January 9th, 2018, January 15th, 2018, March 8th, 2018, June 29th, 2018, July 20th, 2018, September 13th, 2018, November 27th, 2018, January 10th, 2019, January 21st, 2019, February 8th, 2019, February 14th, 2019, March 1st, 2019, and May 3rd, 2019, and to the notices to the market disclosed on September 17th, 2018, September 27th, 2018, September 28th, 2018, January 28th, 2019, February 7th, 2019, March 14th, 2019, hereby informs its shareholders and the market in general of the following:

As previously disclosed by the Company, under the terms of the Material Fact released on May 3rd, 2019, after contacts between Stigma II LLC, controlling shareholder of the Company (“Offeror”), and B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), it has been concluded that, in this moment, the launching of the voluntary tender offer for delisting from “Novo Mercado”, segment of differentiated corporate governance practices of B3 (“OPA”) is not a feasible alternative.

The Company then highlighted the reasons that have guided to this scenario, including the uncertainty about the course and timing regarding the Company’s judicial reorganization process, and about the premises that should support a proper appraisal of the Company’s economic value in the ambit of the OPA.

In addition, the Company has also emphasized that, in the light of such impracticability, the Company would wait for B3’s definition with respect to practical consequences and eventual applicable measures to this context.



Following previous disclosure, the Company hereby informs that has received today the Official Letter No. 274/2019 – SLS (“Official Letter”). Under the terms of the Official Letter, B3 pointed out that, in view of the non-launching of the OPA by the Offeror, and in view of the Company’s reduced free float (below the minimum required by the Novo Mercado rules), the Company would be breaching the Article 10 of the Novo Mercado Regulation. In this sense, B3 communicated the start of an enforcement proceeding to analyze potential liabilities of the Offeror due to this non-compliance, opening a term for presentation of pertinent defense.

The Company hereby informs that the Company and the Offeror are jointly assessing the content of the Official Letter and potential measures related.

The Company reiterates its commitment to keep shareholders and the market in general informed concerning the progress of the matters discussed herein and with respect to any other relevant matter to the market.

São Paulo, May 6th, 2019.

Leonardo Leirinha Souza Campos
Investors Relations Officer